



Participação dos municípios componentes e não componentes dos Territórios em Goiás e a evolução de indicadores.

***Dinny Kelly Borges Santos^{IC}, Karine Aparecida Obalhe da Silva Piorski^{PQ},**

dinnykelly0507@gmail.com.

Universidade Estadual de Goiás campus Itumbiara Av. Modesto de Carvalho, S/N

O presente artigo busca refletir sobre o conceito de território rural como categoria de análise das dinâmicas espaciais e realizar uma análise descritiva da participação de municípios na política de desenvolvimento territorial a partir de indicadores sociais. O resultado permitiu constatar que houve avanços, apensar da constatação do aumento do número de municípios dos territórios classificados como “acentuadamente deprimidos”, o que leva a pensar sobre a permanência de desafios para a política de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento territorial. Indicadores Sociais. Densidade de Kernel.

Introdução

No Brasil, foi no Governo de FHC e Lula que houve o reconhecimento da importância da organização social local e a promoção da descentralização política administrativa. Numa maior intensidade, o governo Lula trouxe a combinação de estratégias *top-down* (de cima para baixo), e a *bottom-up* (de baixo para cima), tendo como objetivo a superação da dicotomia rural-urbana e a constituição de políticas intermunicipais (ORTEGA, 2008).

Este é um contexto cuja inspiração vem de políticas de desenvolvimento rural de enfoque territorial internacional¹. Tal como em alguns países da União Europeia, as políticas no Brasil foram incentivadoras da constituição dos territórios rurais – espaços entendidos a partir de uma nova percepção do “rural”.

Nos limiares da concepção tradicional do rural e do urbano, o rural é tido como resíduo do urbano, concedendo-o um caráter setorial (QUESNAY 1982; LOSCH 1954; VON THUNER 1956). Singer (2003) discute uma economia formada

¹ Experiência da Terceira Itália e a Iniciativa *Leader* são exemplos.



por dois setores, sendo que o setor primário (agricultura) é responsável pela produção de alimentos e o setor secundário um setor absorvedor da população liberada pelo campo, e neste cenário, rural e urbano são elementos concomitantes de um mesmo processo, de modo que, o êxito do desenvolvimento está no incentivo, por um lado, da produção de alimentos e liberação de mão de obra, e por outro, na criação de condições de absorções do excedente liberado do campo para a cidade.

No entanto, considerando o debate existente sobre a estratégia de desenvolvimento apoiada no capital social², há de se reconhecer a problemática acerca da dificuldade em torno da capacidade de constituição e fortalecimento do capital social, seja por aspectos culturais, institucionais, ou outros, e com isto, acredita-se na relevância da análise da participação de um município no Território e as implicações para a condição social deste município.

Material e Métodos

O plano de trabalho propôs fazer uma análise descritiva de indicadores sociais de municípios componentes e não componentes de Territórios goianos (1991, 2000 e 2010). Na elaboração do Indicador Social (IS) propôs-se a adoção do IDH-M e a partir da sua composição extrair (retirar) a dimensão renda e adicionar a dimensão habitação. A constituição da dimensão “habitação” refere-se ao: a) Percentual da população em domicílios com densidade maior que 2 pessoas por dormitório; b) Percentual da população em domicílios com abastecimento adequado de água; c) Percentual da população em domicílio com instalação adequada de esgoto; A base de dados utilizada foi Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), 2013, e também se utilizou a densidade de Kernel – função de densidade de probabilidade simétrica – para auxiliar na análise de distribuição dos Indicadores Sociais (IS).

Resultados e Discussão

Os Indicadores Sociais (IS) foram calculados para os 246 municípios goianos nos anos de 1991, 2000 e 2010. Os valores médios dos Indicadores Sociais (IS) para os municípios aumentaram ao longo dos anos, conforme mostra a Tabela 1, o que significa que houve uma melhora das condições sociais dos municípios (componentes e não componentes de Territórios) ao longo do tempo.

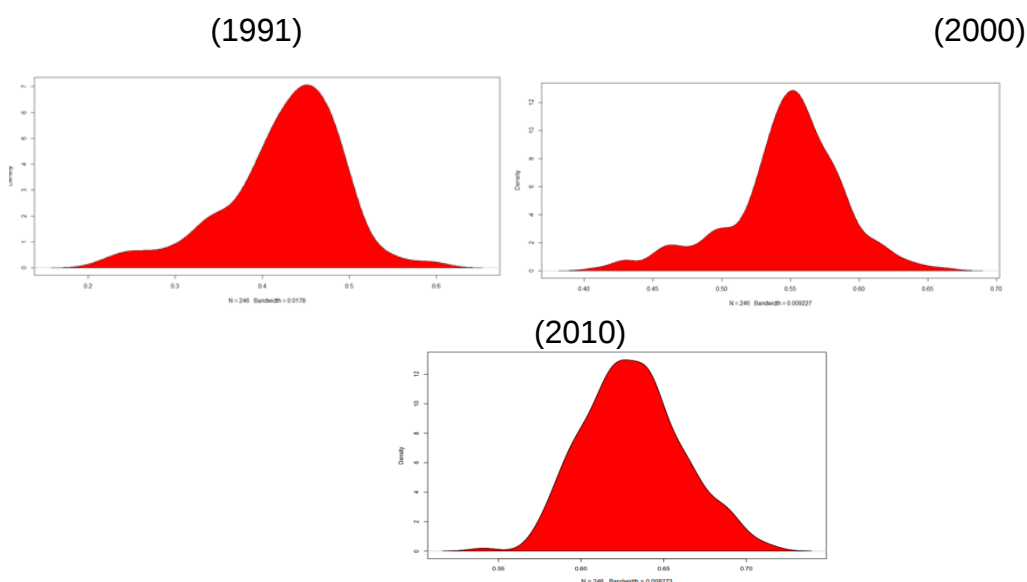
Tabela 1 – Médias aritméticas de Indicadores Sociais (IS) de municípios componentes e não componentes de territórios goianos (1991, 2000 e 2010).

Ano	Média IS para municípios que compõem Territórios	Média IS para 246 municípios goianos
1991	0,425999138	0,425562
2000	0,547406261	0,546842
2010	0,622198489	0,631430058

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do PNUD (2013).

Ao se observar a distribuição dos dados (IS), a densidade de Kernel mostra, que em 2010, comparativamente aos anos 1991 e 2000, há uma maior aproximação dos valores de Indicadores Sociais (IS) em torno da média de IS goianos (Figura 1).

Figura 1 – Retrato da distribuição dos dados, conforme densidade de Kernel (1991, 2000 e 2010).



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do PNUD (2013).



Como tentativa de obter indícios sobre a questão que nos guia nesta pesquisa, qual seja, identificar se a participação de um município num Território melhora a sua condição social, representada pelo IS, foram definidos os intervalos de Indicadores Sociais (IS) que expressam escalas de intensidade do caráter “deprimido³” da condição social dos municípios componentes dos Territórios goianos (Tabela 2).

Tabela 2 – Classificação de Indicadores Sociais (IS) de Municípios que compõem os Territórios de acordo com Densidade de Kernel (Anos 1991, 2000 e 2010).

Ano	ACENTUADAMENTE DEPRIMIDOS	MODERADAMENTE DEPRIMIDOS	FRACAMENTE DEPRIMIDOS
1991	até 0,4099586	de 0,4099587 a 0,45681741	acima de 0,4568174
2000	até 0,5384353	de 0,5384353 a 0,5622041	acima de 0,5622042
2010	até 0,6183735	0,6183736 a 0,6415202	acima de 0,6415203
Quartis	33%	66%	99%

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do PNUD 2013.

Considerações Finais

Num cenário geral, nos anos analisados, temos indícios do aumento dos indicadores sociais para conjunto dos 246 municípios goianos, e também para os municípios que compõem os Territórios, mas como podemos estar seguros de que a melhora da condição social de alguns municípios territoriais se deve necessariamente à participação no Território e não uma “coincidência”? Ademais, a investigação prossegue guiando-se também pela constatação do aumento do número de municípios dos territórios classificados como “acentuadamente deprimidos”, o que leva a pensar sobre a permanência de desafios para a política de desenvolvimento territorial.

Neste sentido, a pesquisa engendra-se em melhor compreender se a participação de determinado município na política de desenvolvimento territorial melhora seus indicadores sociais. E portanto, na continuidade da investigação, o atributo qualitativo será definido como sendo a participação do município na política do territorial e envolverá o indicador IS:

³ Neste ponto cabe lembrar que a proposta de desenvolvimento territorial rural é uma estratégia de combate à pobreza voltada para áreas mais deprimidas.



$$IS = \beta_0 + \delta_0 Territ + \beta_1 Rendpec + u$$

Em que: IS= Indicador social (Composto a partir do IDH-M) ; Territ= participação do município no território; Rendpec= renda per capita do município; u= termo de erro.

Acredita-se que, ao fim, cumpriu-se os objetivos apresentados no plano de trabalho que deu origem a este relatório, qual seja, realizar uma análise descritiva da participação de municípios na política de desenvolvimento territorial a partir de indicadores sociais (1991, 2000 e 2010). Em termos de execução do cronograma, a entrega do relatório final, sinaliza a conclusão de um plano de trabalho e início a uma nova etapa da pesquisa, como já descrito.

Agradecimentos

Agradecemos as oportunidades que a pesquisa nos proporciona

Referências

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

PNUD, 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: atlasbrasil.org.br/. Vários acessos.

GERALDI, J. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: O desenvolvimento territorial rural no Brasil. **IPEA - planejamento e políticas públicas** | ppp | n. 39 | jul./dez. 2012.

QUESNAY, F., **Análise do Quadro Econômico ("Tableau Economique")**, (1760), Coleção os Economista, in Petty/Hume/Quesnay, Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1982.

LOSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1954, 520pp.
NASCIMENTO C. A. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas. **Tese (Doutorado em Economia)** – Instituto de Economia, UNICAMP Campinas, 2005.

PIORSKI, C.R. Desenvolvimento Territorial em Extrema Pobreza: O caso do Território Rural dos Lençóis Maranhenses/MUNIM. **Dissertação (Mestrado em Economia)** – Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 2008.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: RIMISP, 2004.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.